

Transmissora
Sertaneja de
Eletricidade S.A.

**Demonstrações Contábeis
Regulatórias em 31 de dezembro
de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias	10



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Administradores e Acionistas da
Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 4 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. para cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 25 de abril de 2019.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.

Balancos patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	18.052	49.484	Fornecedores	11	124	561
Impostos a recuperar		638	62	Empréstimos e financiamentos	13	77.811	78.246
		<u>18.690</u>	<u>49.546</u>	Obrigações fiscais	12	437	34
				Partes relacionadas	14	5.924	2.426
				Provisões - MTM		8.438	10.034
						<u>92.734</u>	<u>91.301</u>
Não Circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado	10	74.728	42.737	Capital Social	15	1.001	1.001
		<u>74.728</u>	<u>42.737</u>	Reserva de Lucros		12.424	413
				Prejuízos Acumulados		(12.741)	(432)
						<u>684</u>	<u>982</u>
				Total Patrimônio líquido		<u>684</u>	<u>982</u>
Total do Ativo		<u><u>93.418</u></u>	<u><u>92.283</u></u>	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u><u>93.418</u></u>	<u><u>92.283</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida			-
Resultado antes dos custos gerenciáveis			-
Custos gerenciáveis parcela "B"	16		
Pessoal		(131)	
Material		(15)	
Serviços de terceiros		(136)	(19)
Alugueis		(15)	
Resultado da atividade de concessão		(297)	(19)
Resultado Financeiro		<u> </u>	<u> </u> -
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(297)	(19)
Prejuízo do exercício		<u><u> </u></u> (297)	<u><u> </u></u> (19)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucro a realizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	15	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Integralização de Capital		1.001	-	-	-	1.001
Prejuízo do exercício		-	-	-	(19)	(19)
Destinação de lucros á						-
Reserva legal		-	21	-	(21)	-
Reserva de lucros a realizar		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>392</u>	<u>(392)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	15	<u>1.001</u>	<u>21</u>	<u>392</u>	<u>(432)</u>	<u>982</u>
Prejuízo do exercício					(297)	(297)
Destinação de lucros á						-
Reserva legal			179		(179)	-
Reserva de lucros a realizar		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.833</u>	<u>(11.833)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	15	<u>1.001</u>	<u>200</u>	<u>12.224</u>	<u>(12.741)</u>	<u>684</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(297)	(19)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Provisões	(1.596)	10.034
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	<u>(435)</u>	<u>7.629</u>
	(2.328)	17.644
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento em tributos a recuperar	(576)	-
Aumento em fornecedores	(437)	-
Débitos com pessoas ligadas assumidos (Reclassificados)	3.498	2.246
Aumento em obrigações fiscais	<u>403</u>	<u>34</u>
Caixa gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	<u>2.888</u>	<u>2.280</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>560</u>	<u>19.924</u>
Atividades de investimentos		
Aquisições de bens do imobilizado	<u>(31.991)</u>	<u>(46.621)</u>
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<u>(31.991)</u>	<u>(46.621)</u>
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital, líquido	-	1.001
Empréstimos e financiamentos obtidos	<u>-</u>	<u>75.000</u>
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	<u>-</u>	<u>76.001</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>(31.431)</u>	<u>49.484</u>
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	18.052	49.484
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	49.484	-
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>(31.431)</u>	<u>49.484</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. (“Companhia”), controlada pela Cymi Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de janeiro de 2017 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1004 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia conta com aportes que serão realizados pelos acionistas para honrar seus compromissos financeiros e conseqüentemente para a conclusão do projeto. Tais aportes estão respaldados nas obrigações contidas no Acordo de Acionistas.

A Companhia foi constituída em 17 de janeiro de 2017, porém não há movimentação de exercício anterior.

2 Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 09/2017 - ANEEL, datado de 10 de fevereiro 2017, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 500 kV Queimada Nova II - Curral Novo do Piauí II C1, com 109 km;
- LT 500 kV Buritirama - Queimada Nova II, C1, com 308 km;
- SE 500 kV Queimada Nova II;

O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em no máximo 36 meses após a assinatura do contrato. Atualmente a Companhia encontra-se parte em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 148.308 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA.

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

3 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

4 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias para fins de atendimento ao órgão regulador, ANEEL, foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações regulatórias, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 29 de Abril de 2019.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

A seguir são apresentados os principais julgamentos, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam mais significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias.

b. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

c. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

7 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

8 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou de forma consistente as políticas contábeis descritas abaixo nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

b. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juros efetiva.

c. Instrumentos Financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Em 31 de dezembro de 2018 os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam a conta concessionárias e permissionárias e é mensurado pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 48 / IFRS 9.

d. Redução ao valor recuperável (Impairment)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

f. Títulos e valores mobiliários

Compreendem os valores mantidos em aplicações financeiras com liquidez imediata.

g. Tributação e encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS, respectivamente às alíquotas de 7,60% e 1,65%;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

i. Imobilizado

(i) Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência do contrato operado pela Companhia. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

(ii) Imobilizado em curso

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros líquidos dos rendimentos sobre aplicações financeiras, as variações monetárias, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

j. Intangível

Registrado ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	1	3
Bancos	566	121
Aplicações Financeiras	17.485	49.360
	18.052	49.484
	18.052	49.484

- (a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 60% a 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2018	31/12/2017
Banco Santander	CDB	98,5% CDI		12.252
Banco Santander	CDB	99,0% CDI	17.485	37.108
			17.485	49.360
			17.485	49.360

10 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Terrenos	-				-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-			-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-			-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Terrenos / desapropriações	144,0	1.413	-	-	1.557	1.413	-	1.557	144
A Ratear									
Pessoal	-	148	-	-	148	148	-	148	-
Materiais	-	133	-	-	133	133	-	133	-
Serviços	2.382,0	28.420	(45)	-	30.757	28.465	-	30.757	2.382
Outros	1.862,0	100	-	-	1.962	100	-	1.962	1.862
Resultado financeiro	8.187,0	22.598	(20.224)	-	10.561	42.822	-	10.561	8.187
Adiantamento a fornecedores	30.163,0	41.754	(42.307)	-	29.610	84.061	-	29.610	30.163
Material em depósito		-	-	-	-	-	-	-	-
Administração					-	-	-	-	-

Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2018

Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	42.738	94.567	(62.576)	-	74.729	157.142	-	74.729
Total do ativo imobilizado	42.738	94.567	(62.576)	-	74.729	157.142	-	74.729

Imobilizado - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão	-								
Terrenos / desapropriações		144	-		144	144	-	144	-
A Ratear	-								
Pessoal	-								
Materiais	-								
Serviços	-	2.382	-		2.382	2.382	-	2.382	-
Outros		1.862	-		1.862	1.862	-	1.862	-

Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2018

Resultado financeiro	-	8.187	-	8.187	8.187	-	8.187	-
Adiantamento a fornecedores	-	30.163	-	30.163	30.163	-	30.163	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	42.738	-	42.738	42.738	-	42.738	-
Total do ativo imobilizado	-	42.738	-	42.738	42.738	-	42.738	-

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações sejam depositadas em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A Companhia não apresentou baixas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

11 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços	124	561
Provisões	6.400	5.651
	6.524	6.212

Os valores referem-se substancialmente a fornecimento de serviços e equipamentos para a obra.

12 Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

	Passivo
Transações	Fornecedores
Cymi Construção e Participações (i)	2.426
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.426
CYMI do BRASIL - PROJETOS e SERVIÇOS LTDA (ii)	1.000
Cymi Construção e Participação (i)	4.924
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.924

- (i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de turn key celebrado entre a Companhia e a Cymimasa.
- (ii) Saldo refere-se a serviços de construção e montagem da linha de transmissão.

13 Empréstimos e Financiamentos

Abertura do endividamento

Empréstimos e Financiamentos

Instituição / Linha Credora	Juros de Curto Prazo	Principal de CP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Index/ Juros	Spread % a.a	Data Próxima Amortização	Vencido Final	Frequência Amortização
Financ./Empréstimos Moeda Nacional											
Banco Societe	1.932	37.500	39.432	SIM	08/06/2017	Corporativa	CDI	2,65%	03/06/2019	03/06/2019	Final do contrato
Banco Societe	879	37.500	38.379	SIM	01/10/2017	Corporativa	CDI	2,65%	11/09/2019	11/09/2019	Final do contrato
Financ./Empréstimos Moeda Nacional	2.811	75.000	77.811								
			-								

Composição do endividamento e dívida líquida

a) Composição do endividamento e dívida líquida

	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros CP	Total 2018	Total 2017
Dívida Bruta					
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	2.811	75.000	77.811	77.811	78.246
Ativos Financeiros					
Alta Liquidez	-	(17.485)	(17.485)	(17.485)	(49.360)
Dívida Líquida	2.811	57.515	60.326	60.326	28.886

Banco Societe Generale

Em 08 de Junho de 2017, a Companhia celebrou com o Banco Societe Generale um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$ 37.500 a uma taxa de juros de CDI+ 2,65% a.a com data de vencimento em 31 de Maio de 2018. Em 30 de Maio de 2018 postergou a mesma Cédula de Crédito Bancário para 03 de Junho de 2019, com uma nova taxa de juros de CDI mais 2,45% a.a., gerando um novo aditivo.

Em 03 de Outubro de 2017 a Companhia celebrou com o Banco Societe Generale um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$ 37.500 a uma taxa de juros de CDI+ 2,65% a.a com data de vencimento em 11 de Setembro de 2018. Em 06 de Setembro de 2018 postergou a mesma Cédula de Crédito Bancário para 11 de Setembro de 2019, com uma nova taxa de juros de CDI mais 1,60% a.a., gerando um novo aditivo

14 Provisões - MTM

Rubrica refere-se a operações com instrumentos financeiros derivativos (“Obrigações MTM”) do tipo compra a termo de moeda cujo a Companhia contratou para proteger as exposições cambiais com relação à moeda estrangeira, referente a importação de cabos. Cabe Ressaltar que a respectiva operação é feita com o fornecedor *General Cable* através das instituição financeira Citibank, instituição na qual envia mensalmente a respectiva posição Market to Market - MTM a ser contabilizada. Valor contratual da operação é de USD 31.148, e será liquidado em 25 de março de 2021.

A taxa média dos contratos firmados foi de R\$ /USD 4,06 A Companhia avaliou o objeto de hedge e classificou a operação como um derivativo a valor justo do ativo.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social - Em reais

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito é de R\$ 1.001.000, dividido em 1.001.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Durante o exercício de 2018, mediante aprovação da respectiva AGE, houve entrada da acionista Quantum Participações S.A. com uma participação de 20% no total das ações ordinárias, bem como proporcional redução de 50% para 30% do Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia. Assim formando um capital total de R\$1.001.000, divididos em 1.001.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada, sendo 50% referente à Cymi Construções e Participações S.A., 30% referente ao Brasil Energia Fundo de Investimentos em Pvearticipações Multiestratégia e 20% referente à Quantum Participações S.A.

Composição acionária Quotistas	31/12/2018		
	Qntd Ações	%	Valor (Em Reais)
Cymi Construções e Participações S.A.	500.500.000	50,00%	500.500.000
Brasil Energia Fundo de investimentos em participações Multiestratégia	300.300.000	30,00%	300.300.000
Quantum Participações S.A.	200.200.000	20,00%	200.200.000
Total	1.001.000.000	100%	1.001.000.000

Composição acionária Quotistas	31/12/2017		
	Qntd Ações	%	Valor (Em Reais)
Cymi Construções e Participações S.A.	500.500.000	50,00%	500.500.000
Brasil Energia Fundo de investimentos em participações Multiestratégia	500.500.000	50,00%	500.500.000
Total	1.001.000.000	100%	1.001.000.000

b. Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Os acionistas em comum acordo abrem mão da constituição dos dividendos mínimos obrigatórios por razões de planejamento financeiros estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia.

16 Custos Gerenciáveis

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	(131)	
Material	(15)	
Serviço de Terceiros (i)	(136)	(19)
Alugueis	(15)	
	<hr/>	<hr/>
	<u>(297)</u>	<u>(19)</u>

- (i) Refere-se substancialmente a serviços de Operação e Manutenção, serviços de assessoria jurídica , assessoria contábil e serviços de telecomunicação.

17 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social corrente

Pelo regime de Lucro Real

Tendo em vista à apresentação de prejuízo fiscal, a Companhia não obteve despesas de IR e CSLL correntes registradas em 31 de dezembro de 2018.

18 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a. Gerenciamento de riscos

Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito.
- (b) Risco de mercado.
- (c) Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

(a) *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	18.052	49.484
	<u>18.052</u>	<u>49.484</u>

Caixa e equivalentes de caixa - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

(b) *Risco de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras		
CDI	17.485	49.360

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	-25% Cenário A	-50% Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	17.485	Queda da taxa CDI	1.119	839	560
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
CDI %			6,40%	4,80%	3,20%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 7,23% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Passivos Financeiros					
Banco Societe Generale	77.811	Aumento da taxa CDI	4.980	6.225	7.470
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	25%	50%
CDI %			6,40%	8,00%	9,60%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 7,23% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

b. Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber - ativo financeiro	Custo amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.

Contas a receber - ativo financeiro - o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2018. A administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.

Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamento existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

c. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Descritivo	31/12/2018			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 9)	<u>18.052</u>	-	-	<u>18.052</u>
Total	<u>18.052</u>	-	-	<u>18.052</u>

Descritivo	31/12/2017			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 9)	<u>49.484</u>	-	-	<u>49.484</u>
Total	<u>49.484</u>	-	-	<u>49.484</u>

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

19 Seguros

A Companhia ainda não contratou coberturas de seguros pelo fato de ainda estar na fase de engenharia e ainda não possuir LI (Licença de Instalação).

20 Compromissos assumidos

- **Contrato de EPC** - Em 10 de Fevereiro de 2017 a Cymi Construções e Participações S.A e a Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações, celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), do licenciamento ambiental, das desapropriações, das servidões e em geral, do conjunto de ações necessárias para início da operação comercial. Até o final do ano de 2018 a projeção de custos para o projeto é de R\$ 843.973 conforme quadro abaixo:

	Até			
	31/12/2017	2018	2019	Total
Contrato EPC	32.330	62.401	803.323	898.055

21 Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis vigentes na legislação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Desta forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras societárias com as apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Balço Patrimonial
Em 31 de Dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Ativo	2018			2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	18.052	-	18.052	49.484	-	49.484
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	-	-
Impostos a recuperar	638	-	638	62	-	62
Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-
Despesas Pagas antecipadamente	-	-	-	-	-	-
Ativo financeiro concessão	-	-	-	-	-	-
	18.690	-	18.690	49.546	-	49.546
Não Circulante						
Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-
Ativo financeiro concessão	-	-	-	-	47.804	47.804
Ativo de contrato	-	123.767	123.767	-	-	-
Imobilizado	74.728	(74.728)	-	42.738	(42.738)	-
Intangível	-	-	-	-	-	-
	74.728	49.039	123.767	42.738	5.066	47.804
Total do Ativo	93.418	52.034	145.452	92.284	5.066	97.350
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	6.524	-	6.524	6.212	-	6.212
Empréstimos e financiamentos	77.811	-	77.811	78.246	-	78.246
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	-	-	-
Obrigações fiscais	437	-	437	34	-	34
Taxas regulamentares	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	5.924	-	5.924	2.426	-	2.426
	90.696	-	90.696	86.918	-	86.918
Não Circulante						
Provisão MTM	2.038	-	2.038	4.384	-	4.384
Impostos Diferidos	-	24.612	24.612	-	4.635	4.635
	2.038	24.612	26.650	4.384	4.635	9.019
Patrimônio líquido						
Capital Social	1.001	-	1.001	1.001	-	1.001
Reserva de lucro	-	24.110	24.110	413	(413)	-
Prejuízos acumulados	(317)	317	-	(432)	844	412
	684	24.427	25.111	982	431	1.413

Total Patrimônio líquido	684	24.427	25.111	982	431	1.413
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	93.418	52.034	145.452	92.284	5.066	97.350

Demonstrações do Resultado
Em 31 de Dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

	2018			2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional bruta						
Receita anual permitida - RAP	-	-		-	-	
Receita de Construção	-	-	-	-	44.390	44.390
Receita de operação e manutenção	-	-	-	-	-	-
Receita de remuneração do ativo financeiro	-	-	-	-	3.414	3.414
Outras receitas	-	-	-	-	-	-
Remuneração do ativo de contrato	-	12.390	12.390	-	-	-
Receita de Construção - Ativo de Contrato	-	44.063	44.063	-	-	-
	-	56.453	56.453	-	47.804	47.804
Deduções da receita operacional						
Pis e Cofins	-	(5.222)	(5.222)	-	(4.422)	(4.422)
P&D, FNDCT e MME	-	-	-	-	-	-
Receita operacional líquida	-	51.231	51.231	-	43.382	43.382
Custo de Construção	-	(27.282)	(27.282)	-	(38.953)	(38.953)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	-	23.949	23.949	-	4.429	4.429
Custos gerenciáveis parcela "B"						
Pessoal	(131)	-	(131)	-	-	-
Material	(15)	-	(15)	-	-	-
Serviços de terceiros	(136)	-	(136)	(19)	-	(19)
Alugueis	(15)	-	(15)	-	-	-
Outras despesas	-	-	-	-	-	-
Despesas com depreciação	-	-	-	-	-	-
	(297)	-	(297)	(19)	-	(19)
Resultado da atividade de concessão	(297)	23.949	23.652	(19)	4.429	4.410
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	-	2.112	2.112	-	1.435	1.435
Despesas financeiras	-	(6.821)	(6.821)	-	(5.220)	(5.220)
	-	(4.709)	(4.709)	-	(3.785)	(3.785)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(297)	19.240	18.942	(19)	644	625
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	(6.931)	(6.931)	-	(213)	(213)
Lucro /Prejuízo do exercício	(297)	12.309	12.011	(19)	431	412

Ativo financeiro

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas conforme os pronunciamentos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e CPC 30 (R1) - Receitas e a interpretação ICPC 01 (R1), respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Empresa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, abrangendo:

- (i) parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e
- (ii) parcela remanescente (valor residual) será classificada como um ativo financeiro em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público com direito incondicional de receber caixa em função da inexistência de riscos de crédito e demanda.

A infraestrutura recebida ou construída de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores durante o prazo da concessão; e

parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, sendo esta parcela a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Ativo de Contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos

amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno (“TIR”) de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Para fins de demonstração financeira societária ressaltamos que com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (“ONS”) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção da ICPC 01 (R1) nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo financeiro, vide nota de ajuste 20. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

Impostos diferidos e correntes

Conforme detalhado na nota de ajuste 23.1, os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes. Essa rubrica é composta pelo pis e cofins diferidos e IRPJ e CSLL diferidos e efeitos do imposto corrente sobre a Rap.

Patrimônio líquido

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido societário	25.111	1.413
Ativo de contrato	(123.767)	-
Ativo financeiro	-	(47.804)
Imobilizado e intangível	74.728	42.738
impostos diferidos	<u>24.612</u>	<u>4.635</u>
	684	982
Patrimônio líquido regulatório		

O efeito positivo acima demonstrado é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação da ICPC 01 (R1), líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Receita e custo de Construção

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro, quando aplicável, decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1). A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos da ICPC 01 (R1) são desconsiderados.

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do ICPC 01 está demonstrada a seguir:

	2018			2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional bruta						
Receita anual permitida - RAP	-	-	-	-	-	-
Receita de Construção	-	-	-	-	44.390	44.390
Receita de operação e manutenção	-	-	-	-	-	-
Receita de remuneração do ativo financeiro	-	-	-	-	3.414	3.414
Outras receitas	-	-	-	-	-	-
Remuneração do ativo de contrato	-	12.390	12.390	-	-	-
Receita de Construção - Ativo de Contrato	-	44.063	44.063	-	-	-
	-	56.453	56.453	-	47.804	47.804
Deduções da receita operacional						
Pis e Cofins	-	(5.222)	(5.222)	-	(4.422)	(4.422)
P&D, FNDCT e MME	-	-	-	-	-	-
Receita operacional líquida	-	51.231	51.231	-	43.382	43.382
Custo de Construção	-	(27.282)	(27.282)	-	(38.953)	(38.953)

Depreciação e amortização

Os ajustes nesta rubrica são decorrentes dos custos de depreciação e amortização dos ativos de transmissão, na contabilidade regulatória, considerados como ativos financeiros na contabilidade societária.

Resultado financeiro

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do ICPC 01 e outros está demonstrada a seguir:

Ajustes ICPC 01

Encargos sobre empréstimos em empreendimentos em construção

Em 31 de dezembro de 2018 houve ajuste no montante de R\$ 6.821 referente aos encargos financeiros sobre empréstimos vinculados ao empreendimento em construção. No contexto regulatório são considerados como imobilizado e em contra partida no contexto societário, por força do ICPC01, são considerados ativos financeiros.

As receitas de aplicações financeiras também foram reconhecidas no resultado financeiro para fins societários.

A Companhia encontra-se em fase pré operacional e parte operacional por isso para fins regulatórios esses custos são capitalizados.

Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins regulatórios os ajustes ocorreram pois a Companhia encontra-se parte pré operacional e parte operacional, por isso o valor do imposto corrente reconhecido no resultado foi proporcional a receita de transmissão.

Lucro / prejuízo líquido

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do exercício societário	12.011	412
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Receita	(56.453)	(47.804)
Pis/ Cofins	5.222	4.422
Custo de Construção	27.282	38.953
Despesa de depreciação	-	-
Resultado financeiro	4.709	3.785
IR/ CS Diferidos e correntes	6.931	213
 Lucro / prejuízo exercício regulatório	 (297)	 (19)

Atualização do ativo financeiro da concessão, Receita de Construção (ICPC 01)

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e remuneração do ativo financeiro, decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1). A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão eliminando assim os efeitos da ICPC 01 (R1).

Deduções da receita, PIS e Cofins diferidos

Todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Custos de Construção

Todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Resultado financeiro

Os efeitos do pronunciamento técnico CPC 20, que diz que os custos do empréstimos não são elegíveis de capitalização foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Despesa de depreciação

As despesas de depreciação e amortização referentes o ativo imobilizado/intangível, reconhecido para fins regulatório, são apropriadas no resultado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes

Todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.